

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/[●]
PPP Habitação na Região Central de São Paulo

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/[●]

**CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA
HABITAÇÃO NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO**

ANEXO 10 - DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

SÃO PAULO – SP

1.1. Considerando as especificidades da intervenção, será de única e exclusiva responsabilidade do Parceiro Privado o processo de licenciamento ambiental das UNIDADES HABITACIONAIS e das demais intervenções previstas no CONTRATO e seus ANEXOS, em especial o ANEXO 08 – CADERNO DE INTERVENÇÕES E INVESTIMENTOS, bem como a obtenção, por sua conta, em tempo previamente estabelecido no CONTRATO, das Licenças Ambientais necessárias à viabilização da ETAPA DE IMPLANTAÇÃO, devendo mantê-las e renová-las conforme o caso, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, em atendimento à legislação ambiental, incluindo autorizações, certidões, alvarás, de qualquer natureza, necessárias ao regular desenvolvimento de suas atividades perante os órgãos públicos municipais, estaduais e federais competentes para a IMPLANTAÇÃO e a prestação dos SERVIÇOS, devendo atender, entre outras, as seguintes normas e quaisquer outras que lhes substituam, regulem ou interpretem:

- i. Lei Federal nº 6.938/1981;
- ii. Lei Estadual nº 997/1976;
- iii. Resolução Conama nº 237/1997;
- iv. Decreto Estadual nº 8.468/1976;
- v. Decreto Estadual nº 4.7397/2002;
- vi. Resolução Conama nº 001/1986;
- vii. Resolução Conama nº 237/1997;
- viii. Norma Regulamentadora 18 da Portaria nº 3.214/1978 – M.T.E;
- ix. Norma Regulamentadora 9 – M.T.E;
- x. Norma Regulamentadora 9 – M.T.E; e/ou

xi. Elaboração de Termo de Referência para o Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

1.2. Para a solicitação de Licença Prévia, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar os documentos previstos pela regulamentação da CETESB que podem incluir alguns dos documentos a seguir enumerados e quaisquer outros que os órgãos competentes solicitarem:

- i. Impresso denominado "Solicitação de" - devidamente preenchido;
- ii. Procuração;
- iii. Cópia do contrato social, registrado na Junta Comercial do Estado – JUCESP (exceto para empresas recém-constituídas);
- iv. Certidão da Prefeitura Municipal Local;
- v. Manifestação do órgão ambiental municipal;
- vi. Comprovante de Fornecimento de água e coleta de esgotos;
- vii. Memorial de Caracterização do Empreendimento – MCE; e/ou
- viii. Plantas.

1.3. Para a licença de instalação devem adicionalmente ser apresentados os seguintes documentos:

- i. Documento demonstrando como serão cumpridas as Exigências Técnicas constantes da Licença Prévia; e
- ii. Documento de origem florestal (DOF).

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]/[●]
PPP Habitação na Região Central de São Paulo

1.4. Para a obtenção da Licença dos Serviços, se for o caso, deverá adicionalmente ser apresentado documento demonstrando como serão cumpridas as Exigências Técnicas constantes da Licença para a prestação dos SERVIÇOS.

1.5. O presente anexo tem caráter referencial cabendo à CONCESSIONÁRIA atender a todas as exigências legais e condicionantes formuladas pelos órgãos ambientais competentes para emitir as respectivas licenças.

MINUTA